

Sarney analisa JORNAL DO BRASIL hoje orçamento com ministros

BRASÍLIA — A proposta de orçamento da União para 1989, que será examinada hoje às 15h30min em reunião do presidente José Sarney com os ministros João Batista de Abreu, do Planejamento, e Mailson da Nóbrega, da Fazenda, só propõe cortes em despesas de manutenção e investimentos. As outras duas grandes categorias de despesas que compõem o orçamento — pessoal e serviço da dívida — não foram objeto de redução, conforme o documento que está nas mãos do presidente desde quinta-feira passada.

Segundo fonte do governo que participou da elaboração da proposta orçamentária — instrumento pelo qual o governo pretende reduzir o déficit público a menos de 2% do PIB no próximo ano —, a economia totalizará o equivalente à perda de receita por parte da União para estados e municípios determinada pela Constituinte. Ou seja, 17% das receitas correntes previstas no orçamento deste ano. A proposta abrange não só cortes de despesas, mas também exclusão de gastos previstos somente para ou até este ano e prevenção contra possíveis despesas, como a construção do anexo do Senado (citado no documento).

Proposta — A proposta não se refere à privatização de estatais. A lista de 61 empresas relacionadas pelo Conselho Federal de Desestatização não foi incluída, informa o técnico. Da mesma forma, o documento não sugere diretamente a extinção de órgãos públicos, mas ao reestruturar os gastos aponta os que serão afetados. A extinção poderá vir, atingindo os órgãos que dependam de recursos do Tesouro Nacional. A questão da demissão ou remanejamento de pessoal não é abordada e, segundo a fonte, deverá ser objeto de outro estudo. "Em momento algum a proposta de orçamento pretende fazer uma reforma administrativa", previne.

Foram analisados aproximadamente dois mil projetos financiados com recursos da União, informa o técnico. O trabalho foi realizado em 15 dias por 80 pessoas que se distribuíram em 20 grupos. A fonte garante que não foi sacrificado nenhum projeto de cunho social. "O que o governo repassa hoje por transferência voluntária aos estados e municípios assinando convênios será repassado automaticamente pela desconcentração de recursos", argumentou.